

A torre de Babel

Companhia

Os conflitos internos no Congresso vão consolidando a impressão de ausência de comando e de liderança efetiva em câmaras legislativas nas quais não há partidos coesos, articulados e em condições de orientar os trabalhos. A maioria governamental é eventual e a oposição divide-se e mostra diversidade de objetivos, como agora nesse conflito entre PMDB e PT em torno do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. A posição do presidente do Senado, Nelson Carneiro, retrata avaliações pessoais mas também incorpora reação dos senadores ao hábito da Câmara dos Deputados de colocá-los diante de fatos consumados. Projetos de lei que levam meses na Câmara são mandados à última hora para o Senado, convocado a operar sob pressão do tempo e de outros fatores fora do seu controle.

"Não somos uma casa de homologação", disse-me o presidente do Senado, exibindo uma lista de oito projetos que a Câmara lhe enviou entre os dias 26 e 29 de junho para exame, discussão e votação até o dia 30. Alguns desses projetos exigem estudos e deliberações políticas que podem levar a conclusões diferentes das que prevaleceram na casa de origem. Os projetos listados por Nelson Carneiro são: 1) o que dispõe sobre planos de benefícios da Previdência Social; 2) substitutivos da Câmara a projeto do Senado sobre proteção ao consumidor; 3) lei orgânica de assistência social; 4) organização de Seguridade Social, instituindo o Plano de Custo; 5) o que dispõe sobre condições para promoção, proteção e recuperação da saúde; 6) o que estabelece a política nacional de salários; 7) substitutivo da Câmara ao projeto do Estatuto da Criança.

Como se sabe, o PMDB, formalmente da oposição, não subscreveu o recurso ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do presidente do Senado de devolver ao presidente da República o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.